

DOI: <https://doi.org/10.23925/ddem.v.1.n.16.75290>



Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

---

**Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno - DD&EM**  
**ISSN 2675-7648**  
**Faculdade de Direito da PUC-SP**

---

### EDITORIAL

Prezadas e prezados leitores,

Apresentamos esta edição da Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno - DD&EM com o espírito renovado diante do serviço à missão universitária, reafirmando nossa vocação de manter um espaço editorial que una exigência metodológica, consistência teórica e abertura ao diálogo interdisciplinar - traços que refletem a tradição acadêmica da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Diante de mudanças rápidas - sociais, tecnológicas, ambientais e institucionais -, o debate jurídico é chamado a ser, ao mesmo tempo, tecnicamente qualificado e simultaneamente atento às urgências do presente, capaz de enfrentar problemas concretos sem abdicar de fundamentos e de critérios de validade científica.

Nesta fase que a DD&EM foi classificada como um periódico Qualis B1 pela CAPES, em que se reafirma quatro compromissos centrais. O primeiro é epistemológico: fomentar pesquisas sustentadas por referenciais sólidos, que aliem criticidade, inventividade e pertinência pública, com a especial atenção às interfaces entre direito, políticas públicas, economia, humanidades, ciência de dados, estudos ambientais e inteligência artificial. O segundo é ético: seguir, com rigor, as boas práticas editoriais - avaliação por pares em sistema duplo-cego, prevenção e enfrentamento de plágio e outras más-condutas, transparência quanto a financiamento e potenciais conflitos de interesse, além do estímulo à disponibilização de dados e materiais de pesquisa quando cabível. O terceiro é o compromisso com a ciência aberta: promover pesquisas comunicáveis e, quando pertinente, replicáveis, ampliando o acesso ao conhecimento sem comprometer a qualidade do debate e a integridade metodológica. O quarto é o da internacionalização responsável: incentivar dossiês temáticos, chamadas multilíngues e cooperação Sul-Sul, preservando, porém, a capacidade de acolher agendas críticas enraizadas na experiência brasileira e latino-americana.

Com esse norte, a revista continua aprimorando seus fluxos editoriais, orientações a autores(as) e pareceristas, padronização de referências e metadados (com emprego de

identificadores persistentes), e intensifica esforços de indexação, preservação digital e difusão científica. Paralelamente, segue acolhendo investigações voltadas a desafios emergentes - democracia e Estado de Direito, governança algorítmica, proteção de dados e direitos fundamentais, justiça climática e transição ecológica, novas economias e pactos redistributivos, sistemas de justiça e desenho institucional - com preferência por abordagens que articulem análise conceitual, método e impacto social.

Reiteramos, ainda, o convite à comunidade acadêmica para o envio de artigos, ensaios, resenhas, discursos acadêmico-jurídicos, resumos de teses e notas de pesquisa, fortalecendo a circulação qualificada de saberes e a construção de respostas juridicamente consistentes e socialmente responsáveis. A DD&EM permanece como espaço público de elaboração coletiva do conhecimento: plural na acolhida de perspectivas, rigorosa em seus parâmetros científicos e comprometida com uma cultura jurídica à altura das exigências do nosso tempo.

A trajetória deste projeto editorial inicia-se em 1997, quando o Professor André Franco Montoro concebeu a criação de um periódico vinculado à Faculdade de Direito da PUC-SP - percurso que, em 2020, alcançou novo patamar com a migração definitiva para o ambiente digital e a consolidação da atual denominação. Mais do que uma atualização formal, essa passagem representou o aprofundamento do compromisso institucional com a democratização do conhecimento jurídico, sem renúncia aos mais elevados padrões acadêmicos. Ao longo de quase três décadas, a revista firmou-se como instância de debate crítico, interdisciplinar e plural, orientada ao desenvolvimento de uma dogmática sensível às demandas sociais e às metamorfoses do Estado de Direito.

Vale ressaltar aqui algumas notícias institucionais e acadêmico-científicas ocorridas recentemente e que envolvem a PUC-SP:

1. Excelência na graduação: 7 cursos com 5 estrelas no Guia da Faculdade 2025

Às vésperas do período de matrículas, a PUC-SP obteve destaque no Guia da Faculdade 2025, publicado pelo O Estado de S. Paulo (Estadão) em parceria com a plataforma Quero Bolsa: sete cursos receberam conceito máximo (cinco estrelas), entre eles Direito, além de licenciaturas e outras formações avaliadas. O ranking considera, entre outros pontos, projeto pedagógico, corpo docente e infraestrutura, a partir de dados informados por coordenações e avaliados por docentes da mesma área. O resultado reforça a centralidade do investimento permanente em qualidade acadêmica e formação humanista, especialmente relevante para a cultura jurídica e para a formação de profissionais comprometidos com o interesse público.

2. Avaliação Quadrienal: avanço da pós-graduação brasileira e crescimento de programas de excelência

No campo da pós-graduação, o Ministério da Educação - MEC - e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES - divulgaram os resultados da Avaliação Quadrienal 2021–2024: 808 programas alcançaram notas de excelência (6 e 7), representando crescimento de 21% em relação ao ciclo anterior (2017–2020). O dado é particularmente significativo porque explicita, em termos de política científica, que qualidade, resiliência institucional e indução de agendas estratégicas são dimensões inseparáveis de um sistema de pesquisa que pretenda responder a desafios sociais complexos. O resultado oficial e de cada programa ainda será publicado pela CAPES.

3. Reconhecimento público: 1º lugar entre universidades particulares no Prêmio Estadão Marcas Mais 2025

A PUC-SP reconquistou o primeiro lugar na categoria “Universidades Particulares” do Prêmio Estadão Marcas Mais 2025, ranking anual que mede o grau de envolvimento do público com marcas, com base em entrevistas presenciais e metodologia própria. A notícia assinala um aspecto relevante ao debate universitário contemporâneo: a confiança pública em uma instituição de ensino superior não decorre apenas de reputação histórica, mas de coerência entre missão acadêmica, valores institucionais e entrega social do conhecimento - tema que dialoga diretamente com o horizonte da DD&EM, voltado à democracia, à justiça social e à dignidade da pessoa humana.

É digno de registro nosso agradecimento a autores(as), pareceristas, leitores(as) e à equipe de representantes discente e corpo técnico-editorial: a vitalidade da DD&EM é fruto desse ecossistema cooperativo. Reafirmamos também a importância da citação responsável dos trabalhos aqui publicados, prática que sustenta o ciclo virtuoso de circulação, impacto e avanço do conhecimento jurídico.

Convidamos, por fim, a comunidade acadêmica a acessar o arquivo completo de exemplares e a fortalecer esta construção coletiva do saber jurídico. Que esta edição inspire leituras fecundas e bom debate, fortalecendo a construção de uma sociedade orientada pela fraternidade, pela justiça, pela democracia e pelo respeito à dignidade da pessoa humana.

Boa leitura e bom debate.

**Prof. Dr. Erik Frederico Gramstrup**

Diretor da Faculdade de Direito da PUC-SP  
<https://orcid.org/0000-0001-6800-5770>